MOVIMENTOS POPULARES E OS DIREITOS DE CIDADANIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Michelly Ferreira Monteiro Elias[1]

Maíra Luciana Firmino de Souza[2]

Beatriz Sousa Liarte[3]

RESUMO

Este artigo reflete sobre as principais reivindicações e bandeiras de lutas dos movimentos populares no Brasil nos períodos de 1990 a 2002 e de 2003 a 2016. Para isso aponta os movimentos populares que mais se destacaram em nível nacional e sistematiza suas principais reivindicações, visando demonstrar como os movimentos populares vêm atuando como sujeitos de luta pela consolidação dos direitos de cidadania no país. Nesse sentido, constata-se um aumento significativo da quantidade e diversidade de movimentos populares de abrangência nacional e de suas demandas e reivindicações no período de 1990 a 2002 em comparação com o período de 2003 a 2016. Desta maneira, aponta-se que apesar das diferenças conjunturais os movimentos populares vêm desde o início da hegemonia neoliberal atuando em defesa de diversos direitos sociais, ao mesmo tempo em que atuam exercendo o direito da organização coletiva, da livre manifestação e da contestação ao sistema hegemônico.

Palavras-chave: realidade brasileira; movimentos populares; cidadania.

ABSTRACT

This article reflects on the main claims and flags of fights of popular movements in Brazil from 1990 to 2002 and from 2003 to 2016. For this, it points out the popular movements that stood out at the national level and systematizes their main demands, aiming to demonstrate how popular movements have been acting as subjects of struggle for the consolidation of citizenship rights in the country. In this sense, there is a significant increase in the amount and diversity of popular movements of national scope and their demands and claims in the period from 1990 to 2002 compared to the period from 2003 to 2016. Thus, it is pointed out that despite the conjuncture differences popular movements come from the beginning of neoliberal hegemony acting in defense of various social rights, while acting exercising the right of collective organization, free expression and contestation to the hegemonic system.

Keywords: brazilian reality; popular movements; citizenship.

[1] Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). michellyelias@unb.br

[2] 2 Estudante de graduação do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). mairaluciana5@gmaill.com

[3] Estudante de graduação do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). beatriz.liarte15@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Como um dos desdobramentos da pesquisa intitulada “Movimentos populares e direitos de cidadania no Brasil entre os anos de 1990 e 2016”, este artigo reflete sobre as principais reivindicações e bandeiras de lutas dos movimentos populares no Brasil nos períodos de 1990 a 2002 e de 2003 a 2016, tratando esses dois períodos sucessivos enquanto conjunturas específicas. Para isso aponta os movimentos populares que mais se destacaram nessa fase contemporânea da realidade brasileira e sistematiza suas principais reivindicações, visando demonstrar como os movimentos populares vêm atuando como sujeitos de luta pela consolidação dos direitos de cidadania no país[4].

As particularidades da formação da sociedade burguesa no Brasil, caracterizada por uma economia de tipo dependente; por uma cultura conservadora baseada na associação do arcaico com o moderno como forma de sustentação do poder dominante; por um Estado predominantemente autocrático com traços patrimonialistas e por uma realidade de *superexploração* vivenciada pela maioria da classe trabalhadora, demonstram historicamente como o processo de construção da cidadania foi se dando de forma restrita para a maioria da população do país. Aspecto que restringiu principalmente o direito à participação e ao exercício do poder político por parte da classe trabalhadora e dos segmentos populares e que levou o Estado brasileiro a enfrentar as lutas sociais predominantemente por meio da violência, da criminalização e da cooptação (FERNANDES, 2005).

Diante dessa complexa realidade, os movimentos populares, enquanto uma forma de luta social que organiza segmentos sociais específicos (mulheres, população negra, estudantes, população das periferias, indígenas e dentre

1 A identificação dos movimentos populares que mais se destacaram no período de 1990 a 2016 e o levantamento das suas respectivas demandas e reivindicações foram realizados através do Projeto mencionado que contou com o apoio do Programa de Iniciação Científica PROIC/UnB - 2020/2021.

outros) com o objetivo de lutar contra relações de dominação e opressão estabelecidas, reivindicando o acesso, a expansão e a consolidação dos direitos de cidadania, surgiram no contexto da realidade brasileira a partir do início do século XX – a exemplo do movimento feminista e do movimento negro – e passaram a se destacar desde o final da década de 1970 no enfrentamento à ditadura civil-militar-empresarial. Processo que se deu através da defesa da democracia e das lutas por acesso à moradia, saúde pública, igualdade de gênero e raça, pela diversidade sexual, direitos indígenas, direitos humanos, reforma agrária, dentre outros.

Essa atuação dos movimentos populares durante a crise do regime ditatorial fez com que eles se tornassem em um dos principais protagonistas da luta pela redemocratização e do processo constituinte na segunda metade da década de 1980, que apesar de não ter sido homogêneo do ponto de vista das forças sociais envolvidas, resultou na Constituição de 1988 que regulamentou diversas políticas públicas relacionadas às reivindicações dos movimentos populares e à ampliação dos direitos de cidadania.

Diante desse histórico e do avanço do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990, aponta-se que apesar da correlação de forças desfavoráveis os movimentos populares passaram a exercer desde esse período um importante papel de resistência às privatizações, às tentativas de tratados de livre comércio, de desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e de destituição das políticas sociais frente à ofensiva neoliberal, atuando enquanto sujeitos de luta pelos direitos de cidadania na realidade brasileira contemporânea.

Nesta perspectiva, esse artigo trata da problemática da luta pelos direitos de cidadania no contexto da hegemonia neoliberal no Brasil no período de 1990 a 2016, considerando a importância dos movimentos populares na luta por direitos no Brasil e em seguida aponta os resultados da pesquisa que vêm sendo realizada acerca das principais reivindicações e bandeiras de lutas dos movimentos populares frente a essa realidade.

2. DESAFIOS ACERCA DOS DIREITOS DE CIDADANIA NO NEOLIBERALISMO BRASILEIRO DE 1990 A 2016

Do ponto de vista histórico-conceitual, ao se conceber a cidadania como um fenômeno dotado de materialidade e sentido histórico-social, entende-se que esta não é "[...] uma entidade naturalmente dada, mas uma mediação social [...] politicamente objetivada conforme a correlação de forças existente, as condições do processo de disputa pela hegemonia e as possibilidades da ordem social dominante" (ABREU, 2008, p.12). Por isso, ao se situar a cidadania na realidade da formação social brasileira, vê-se como esta vem sendo historicamente condicionada por particularidades que a restringe – no sentido do exercício amplo dos direitos sociais, políticos e civis – para a maioria da população brasileira.

Nesta perspectiva, vê-se nas diferentes conjunturas históricas existentes no Brasil desde o início do século XX, que as lutas sociais foram fundamentais para que os direitos de cidadania fossem conquistados e regulamentados. Com destaque para as lutas do movimento sindical entre as décadas de 1920 e 1950 e posteriormente as lutas dos movimentos populares no período entre 1970 e 1980, em torno da reforma urbana e agrária e pela democracia durante a ditadura civil-militar. Sendo que a partir de 1979 os movimentos populares – de luta por moradia, saúde pública, reforma agrária, movimento negro, feminista, estudantil e de diversidade sexual – se expandiram e se fortaleceram, contribuindo de forma decisiva na luta pela ampliação dos direitos de cidadania e pela retomada do regime democrático no país.

Porém, o modelo neoliberal estabelecido a partir de 1990 e em vigor até a atualidade, resultou no acirramento da relação capital x trabalho, principalmente no que diz respeito à precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, determinadas por "um sistema de acumulação neoliberal baseado na financeirização, em um novo papel econômico do Estado e na integração mais próxima da indústria e do setor financeiro brasileiros ao capital transnacional" (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 117).

Associado a isso, se estabeleceu um processo de aprofundamento da fragilização dos direitos de cidadania (em particular dos direitos sociais) regulamentados na Constituição de 1988 e de precarização das condições trabalho e emprego, em que o Estado teve um papel central para isso.

> O Estado desempenhou um papel fundamental na transformação desses padrões de emprego por meio da compressão da demanda, das privatizações, das mudanças na política industrial e na política regulatória, da ampla subcontratação e do trabalho precários, das mudanças nas leis trabalhistas, da implementação negligente mesmo das novas leis e da repressão direta [...] (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 127).

No âmbito das lutas sociais, esses aspectos que ocasionaram profundas mudanças no mundo do trabalho levaram ao enfraquecimento do movimento sindical. Dentre as diversas expressões dessa problemática, Antunes (2010) destaca que passou a existir um fosso entre os trabalhadores “estáveis” e os que se encontravam em condições trabalhistas precarizadas, gerando certa separação e diferenciação entre esses segmentos, e dificultando formas comuns de organização sindical entre eles. Com isso, a classe trabalhadora se tornou mais heterogênea, complexa e fragmentada, dificultando a construção e a formação política e ideológica enquanto classe, de maneira que a sua capacidade de mobilização para a realização de greves (principal instrumento de luta do movimento sindical) diminuiu de forma significativa, devido principalmente às mudanças ocorridas na organização dos processos de trabalho (a exemplo da expansão da terceirização, do aumento da informalidade e da alta rotatividade da força de trabalho empregada) e à expansão de marcos legais que passaram a dificultá-las enormemente.

Contudo, apesar desse contexto de enfraquecimento do movimento sindical e de correlações de forças desfavoráveis para as lutas da classe trabalhadora, parte dos movimentos populares permanecerem com suas lutas e reivindicações durante a década de 1990, e avançaram no caráter contestatório do modelo neoliberal. Nesse sentido, se destacou principalmente a atuação de movimentos populares como os de luta pela moradia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Parte dos movimentos populares durante esse período percebeu diante das experiências de lutas que a maioria de suas reivindicações não seria efetivada nos moldes da sociedade capitalista brasileira, o que levou à realização de diversas ações e mobilizações de resistência e contestadoras da ideologia neoliberal. Dentre as quais podemos citar a realização de marchas, ocupações de latifúndios, prédios públicos, áreas urbanas, ações de denúncias contra empresas internacionais e a formação de articulações políticas como a Via Campesina, movimento internacional organizado desde 1993 que congrega movimentos e organizações campesinas de todo o mundo e que luta por uma agricultura sustentável, por justiça social e dignidade para todos os povos.

Desta maneira, ao se situar os movimentos populares enquanto uma forma de luta social que se constituem em “modos de contestação contra as diferentes formas de exploração e dominação que emergem no capitalismo contemporâneo [...]”, (GALVÃO, 2012, p. 256), identifica-se que através de suas demandas e reivindicações por serviços e políticas públicas; ampliação da democracia; em defesa dos recursos naturais e pelos direitos de cidadania; esses movimentos vêm mobilizando desde o início do neoliberalismo no Brasil, diversos segmentos da sociedade que enfrentam os desdobramentos mais perversos das desigualdades estabelecidas. E que por isso, foram assumindo um importante papel de resistência e enfretamento à perda de direitos no contexto da ofensiva neoliberal.

Nesse sentido, Machado (2006) afirma que para além das suas lutas específicas que também são fundamentais, os movimentos populares conseguiram desde a década de 1990 diminuir o ritmo do avanço neoliberal no Brasil. Fato que vem colocando para eles um conjunto de desafios, que segundo Houtart (2006) ultrapassa a dimensão específica dos movimentos em si, sendo o da busca permanente pelos seus objetivos específicos de maneira articulada aos desafios gerais impostos pelo neoliberalismo; a busca pela construção de uma consciência coletiva baseada na ética de defesa do humano; a criação de mecanismos de cultivo da utopia tendo como horizonte a transformação social

como possibilidade histórica; a realização de alianças conjunturais e estratégicas entre sujeitos diferentes para a construção de lutas comuns e concretas.

Diante desses amplos desafios, o referido autor sintetiza:

> Para que os movimentos sociais estejam em posição de construir o novo sujeito social há duas condições preliminares. Em primeiro lugar, ter a capacidade de uma crítica interna com o fim de institucionalizar as mudanças e assegurar uma referência permanente aos objetivos. Em segundo lugar, captar os desafios da globalização, que por sua vez são gerais e específicos ao campo de cada movimento: operário, camponês, de mulheres, populares, de povos nativos, de juventude, e em breve de todos que são vítimas do neoliberalismo globalizado (HOUTART, 2006, p. 425).

Assim, ao se situar os movimentos populares enquanto sujeitos das políticas públicas a partir desses desafios, aponta-se que durante os anos de 2003 a 2016 em que o Partido dos Trabalhadores assumiu o Governo Federal, houve um processo de expansão das políticas sociais que possibilitou o acesso de diversos segmentos da população aos direitos de cidadania. Contudo, ressalta-se que isso se deu mantendo a hegemonia do capital financeiro e estabelecendo uma política fiscal, cambial e de crédito que desenvolveu a economia interna, ao mesmo tempo em que ampliou as ações voltadas para os setores mais pauperizados da população (ALMEIDA, 2012).

Nesse sentido, é possível apontar em linhas gerais com base em Saad Filho; Morais (2018) que desde o início a conformação dos governos do PT (principalmente no que diz respeito aos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva) teve um significado de buscar conciliar interesses de ampliação do Estado no âmbito econômico e social por parte da esquerda e de manutenção de medidas econômicas que beneficiavam parte das classes dominantes (principalmente a burguesia interna e a oligarquia agrária). Sendo cada um desses segmentos constituídos por grupos que possuíam interesses difusos, mas que tinham em comum o fato de terem sofrido desde a década de 1990 diversas perdas diante da ofensiva neoliberal.

Diante disso e considerando a permanência da hegemonia neoliberal, assim como as mudanças políticas e ideológicas recentes pelas quais o próprio PT havia passado no sentido de adquirir o caráter de um Partido mais reformista,

os governos de 2003 a 2016 acabaram ficando restritos a certo tipo de gerenciamento do neoliberalismo com “mudanças marginais” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 141).

Ao mesmo tempo, os referidos autores chamam atenção para o fato de que as experiências desses governos proporcionaram uma ampliação da restrita democracia estabelecida historicamente na formação social brasileira. Dinâmica que foi possibilitada pela participação de segmentos advindos da classe trabalhadora em diversos espaços de poder do Estado brasileiro, o que por sua vez impôs inúmeras contradições políticas e ideológicas para os movimentos populares e para o movimento sindical na relação com o aparelho estatal.

Além disso, os Governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre os anos de 2003 e 2016 (em que pese as significativas diferenças conjunturais entre os Governos Lula e Dilma) se caracterizaram por algumas mudanças na política econômica no sentido desenvolver programas e medidas de incentivo à produção e à indústria nacional, a exemplo da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007. Além de ter fortalecido e ampliado políticas sociais, como a política de assistência social através da regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2003; a política de educação com a expansão do acesso ao ensino superior através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado em 2004 e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado em 2007; a política de habitação através da criação de programas sociais como o “Minha Casa Minha Vida” em 2009; a política de emprego e renda através da concessão de incentivos às empresas privadas para a criação de novos postos de trabalho e ao setor público através da ampliação dos concursos, juntamente com a criação da política permanente de reajuste do salário mínimo conforme os índices de inflação.

Por outro lado, viu-se nesse mesmo período que políticas públicas estruturantes como a reforma agrária pouco avançaram, ao mesmo tempo em que a concentração da riqueza e da renda manteve a sua base estrutural.

Diante desses breves elementos, aponta-se que o período de 2003 a 2016 foi marcado por profundas contradições permeadas pelos conflitos de classes que diante das particularidades da conjuntura brasileira se acirram a partir de 2013 tendo como desfecho o golpe parlamentar, que com o apoio das classes dominantes suspendeu o mandato presidencial de Dilma Rousseff do PT em 2016.

Esse processo estabeleceu um Governo não eleito para comandar o Brasil enquanto tentativa de resolução da crise vivenciada pelo capital naquele contexto, possibilitando que entre 2016 e 2018 houvesse no país a retomada da ofensiva neoliberal de caráter ortodoxo, visando a ampliação acelerada dos mecanismos de maior exploração da força de trabalho. Contudo, para além dessa problemática, a dinâmica das lutas de classes estabelecida sob as particularidades da conjuntura brasileira daquele período, apontava com isso um avanço da fragilidade do regime democrático no país e a um fortalecimento do neoconservadorismo[5] na sociedade brasileira. Aspectos que acabaram levando à eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018 e inaugurando uma nova fase neoliberal no Brasil (a qual não será abordada neste artigo), caracterizada dentre outros aspectos, por uma profunda regressão aos direitos de cidadania.

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES NO PERÍODO DE 1990 A 2016 NO BRASIL

2 Considerando o contexto geral de avanço do neoconservadorismo na sociedade burguesa contemporânea, Almeida (2018) afirma que o neoconservadorismo entende que as crises vivenciadas pela sociedade desde o final da década de 1960 e início dos anos de 1970 dizem respeito a “uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal”. (ALMEIDA, 2018, p. 28). Desta maneira, o neoconservadorismo entende que o Estado de Bem-Estar Social, estabelecido entre 1945 e 1970 de maneira diferenciada nos países da Europa Ocidental, foi o principal causador das sucessivas crises vivenciadas pela sociedade burguesa desde aquele período até os dias atuais. Compreendendo assim que a política do pleno emprego, a expansão dos direitos de cidadania e a atuação do Estado como principal mediador da acumulação econômica, originaram a crise existente.
.

Para identificar as principais reivindicações e bandeiras de lutas dos movimentos populares no Brasil nos períodos de 1990 a 2002 e de 2003 a 2016 no Brasil, o projeto de pesquisa que possibilitou o levantamento desses dados teve como pressuposto a importância de analisar o movimento dos movimentos sociais do processo das lutas de classes, considerando principalmente a realidade brasileira e latino-americana a partir dos anos de 1990, de maneira que: :

> Afirmamos, em acordo com Evangelista (1992), que o aparecimento dos movimentos sociais contemporâneos *ampliaram* o campo da política e das práticas políticas, em vez de seu abandono pelas causas culturais; e que "ao contrário de "novos sujeitos políticos", que substituam os "velhos" sujeitos – como por exemplo, o proletariado, o sindicato –, o que temos são sujeitos políticos *renovados pluridimensionalmente*. Em lugar de "novas práticas sociais" temos uma práxis social com *dimensões ainda ignoradas*. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 343).

A partir desses elementos, os movimentos sociais de caráter popular são entendidos enquanto uma forma de luta social historicamente determinada que se caracterizam por envolver dimensões de organização coletiva e de caráter contestatório e reivindicativo no que diz respeito aos desdobramentos das relações de exploração, dominação e opressão estabelecidas na sociedade capitalista contemporânea. Sendo que esses movimentos adquirem concretude e visibilidade por lutarem comumente por direitos de cidadania, reformas sociais e em defesa das políticas e dos serviços públicos.

Sob esta perspectiva, a pesquisa realizada identificou periódicos na plataforma Scielo e em sites que abordavam questões relacionadas ao tema das lutas sociais e dos movimentos populares no Brasil no período de 1990 a 2016, baseando-se nos critérios dos movimentos que possuíam uma abrangência nacional e os que foram mais citados nas fontes pesquisadas. Durante esse levantamento também foram coletadas informações acerca dos principais objetivos de lutas de cada um desses movimentos.

Considerando as significativas diferenças conjunturais entre 1990 e 2002 e entre 2003 a 2016, a identificação dos movimentos populares foi realizada tratando os dois períodos separadamente, embora situando ambos no contexto da hegemonia neoliberal.

Nesse sentido, com base nos critérios estabelecidos foi identificado um total de 16 principais movimentos entre 1990 e 2002 e 28 principais movimentos entre 2003 e 2016. Sendo que em ambos os períodos os movimentos que mais se destacaram foram movimentos camponeses, de luta pela terra e pela preservação ambiental; movimentos urbanos de luta por moradia, transporte, acesso à cidade e aos seus equipamentos; movimentos em defesa da educação; movimentos em defesa da saúde; movimentos culturais; movimentos em defesa de populações atingidas pelos grandes empreendimentos de energia e mineração; movimentos pela igualdade racial, de gênero e pela diversidade sexual.

Após essa identificação dos principais movimentos foi realizado o levantamento das suas principais demandas e reivindicações através da leitura de documentos, notas e cartas públicas de autoria desses movimentos, também considerando separadamente as especificidades da conjuntura de 1990 a 2002 e de 2003 a 2016.

Com isso, foi constatada a predominância em ambos os períodos reivindicações acerca de políticas públicas e sociais (saúde, educação, habitação, previdência, alimentação, agrária, transporte, igualdade de gênero e racial, trabalho digno); reivindicações acerca da preservação e da defesa dos recursos naturais (por terra, por outro modelo de mineração, por outro modelo energético, pelo meio ambiente); reivindicações de pautas amplas (pela democracia, contra o imperialismo, contra o neoliberalismo, contra as privatizações, contra os tratados de livre comércio); reivindicações pela valorização das identidades (combate à violência contra as mulheres e a população negra; combate às práticas racistas e sexistas; em defesa da diversidade sexual, afetiva e de gênero); reivindicações em defesa dos direitos humanos.

Diante dessa diversidade de reivindicações e das diferentes áreas de luta dos movimentos populares identificados, ressalta-se que em que pese as contradições impostas aos movimentos populares em sua relação com os Governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a atuação desses Governos que não romperam com a hegemonia neoliberal e a inflexão das classes dominantes que levou ao golpe de 2016, o período entre 2003 e 2016 se caracterizou por um fortalecimento organizativo dos movimentos populares e de expansão das suas demandas e reivindicações.

5. CONCLUSÃO

Os estudos sobre as principais reivindicações e bandeiras de lutas dos movimentos populares no Brasil nos períodos de 1990 a 2002 e de 2003 a 2016, tratando esses dois períodos sucessivos enquanto conjunturas específicas têm demonstrado que grande parte dos movimentos encontrados no período de 1990 a 2002 permaneceram no período de 2003 a 2016, o que demonstra uma constância na atividade de diversos movimentos no decorrer das décadas dos anos 2000. Contudo, foi encontrada uma quantidade maior de movimentos no período de 2003 a 2016, assim como houve uma maior facilidade em encontrar informações acerca destes durante esse período.

Entre 1990 a 2002 os movimentos camponeses, de luta pela terra e preservação ambiental foram o maior contingente de movimentos populares. Enquanto os movimentos por igualdade racial, de gênero e diversidade sexual só comportou a Marcha Mundial das Mulheres. Enquanto que no período de 2003 a 2016 houve um aumento significativo das lutas por gênero, igualdade racial e diversidade sexual, juntamente com os movimentos urbanos que chegaram a dobrar em comparação com o período anterior.

Em relação às demandas e reivindicações desses movimentos, ressalta-se que entre 1990 e 2002 houve um processo de defesa das políticas sociais (saúde, educação, habitação) já existentes. Enquanto que entre 2003 e 2016 houve uma ampliação dessas demandas no sentido de pressionar o Estado para

a criação de políticas públicas que fortalecessem as lutas por igualdade racial, de gênero, pelo direito à diversidade sexual e em defesa dos direitos humanos.

Diante desses elementos, aponta-se que no âmbito das particularidades da realidade brasileira, os movimentos populares vêm desde o início da hegemonia neoliberal no país atuando em defesa de diversos direitos sociais, ao mesmo tempo em que atuam exercendo o direito da organização coletiva, da livre manifestação e da contestação ao sistema hegemônico.

Nesse sentido, aponta-se que apesar das diferenças conjunturais que impõem diferentes desafios políticos e ideológicos para os movimentos populares, em linhas gerais, no contexto da hegemonia neoliberal os movimentos populares tem significado um importante campo de resistência em defesa da cidadania e da democracia. Esferas de luta que atendem não somente às demandas e reivindicações das suas bases específicas, mas os diversos segmentos explorados e dominados da sociedade contemporânea, dentre os quais se situa centralmente a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos. Cidadania e hegemonia no mundo moderno.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ALMEIDA, Lucio Flávio Rodrigues de. Entre o nacional e neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n.112, p. 689-710, out./dez. 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 135, p. 346-363, maio/ago, 2019.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: GALVÃO, et. al. **Capitalismo: crises e resistências.** 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: (Org.). BORON, Atílio. et. al. **A teoria marxista hoje:** problemas e perspectivas. 1.ed. CLACSO, 2006.

MACHADO, Eliel. Lutas e resistências na América Latina hoje. **Revista Lutas & Resistências.** Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, n. 1, p.54-64. Londrina: Midiograf, 2006.

MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. [1850]. ___. **A revolução antes da revolução.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

___. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. [1852]. ___. **A revolução antes da revolução.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil:** neoliberalismo *versus* democracia. 1. ed. São Pualo: Boitempo, 2018.

STAMPA, Inez Terezinha. Trabalho e movimentos sociais: diálogo possível? In: **Argumentum.** Vitória, v.2, n.2, p.149-162, jul./dez. 2010.